

INDICADORES EDUCACIONAIS: UM COMPARATIVO ENTRE ESCOLAS URBANAS E ESCOLAS DO CAMPO DE RIO BRANCO – ACRE.

Priscila de Araújo Pinheiro

RESUMO

O presente estudo analisa os índices do Ideb e os indicadores de fluxo e desempenho das escolas urbanas e do campo da rede de ensino estadual da capital do Acre, Rio Branco, referente a etapa do ensino fundamental anos finais. A partir de uma metodologia quantitativa, com coleta de dados, secundários e de domínio público, na plataforma do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, procedeu-se a disposição dos dados em gráficos e tabelas para as devidas análises. Os resultados mostraram variações entre as escolas urbanas e rurais no que concerne ao Ideb e aos indicadores, entretanto, contrapondo a hipótese de que as escolas de educação do campo estariam sempre com índices abaixo das escolas urbanas, essa realidade não se consolidou em alguns momentos da análise. Com as análises feitas, este estudo pode auxiliar no aprimoramento de políticas públicas voltadas à Educação no estado do Acre.

Palavras-chave: Ideb. Escolas urbanas. Escolas do campo.

1 INTRODUÇÃO

A introdução de avaliação em larga escala faz parte do planejamento educacional do Estado brasileiro, passando, a partir dos anos de 1980, a integrar políticas e práticas governamentais direcionadas à Educação Básica.

Segundo Bonamino (2012), foi a partir da década de 1960, quando surgiu a necessidade de uma sistemática de avaliação dos ensinos fundamental e médio em âmbito nacional, gerada pela necessidade de criação de iniciativas para a promoção da qualidade do ensino e estabelecimento de novos parâmetros de gestão dos sistemas educacionais, que o Estado ampliou o uso de testes educacionais, mas essa ampliação não foi suficiente para garantir uma política de avaliação em larga escala, consolidada, assim, a partir da década de 1980, o Ministério da Educação solidificou uma sistemática de testagem, cujo objetivo maior era ter um cenário de como estava o aproveitamento escolar no país.

À vista disso, dando continuidade a uma política educacional de avaliação em larga escala, surge o Sistema Nacional de Educação Básica – Saeb, cuja primeira aplicação deu-se em 1990, e tornou-se, a partir deste momento, o principal sistema de avaliação, avaliando a cada dois anos alunos das escolas públicas e privadas, localizadas tanto na zona urbana quanto na zona rural. Esse sistema de avaliação em larga escala é composto por testes padronizados e questionários socioeconômicos, sendo realizado periodicamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O intuito do Saeb é diagnosticar e monitorar a qualidade da Educação Básica em diferentes regiões geográficas de todos os estados da federação, além de avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação praticada no Brasil para que o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais tenham base em evidências. São os resultados obtidos pelas avaliações, junto às taxas de aprovação, reprovação e abandono apuradas pelo Censo Escolar, que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb.

É fato que o Brasil é um país com muitas diversidades, ou seja, devido ao tamanho continental de nosso país, encontramos muitas peculiaridades, seja no campo geográfico, seja no campo social. Desse modo, neste artigo, propõe-se analisar se a hipótese de que em uma análise comparativa das variações do Ideb, específico do ensino fundamental anos finais, em escolas públicas estaduais situadas na zona rural e zona urbana de Rio Branco, capital do Acre, haverá resultados mais baixos para as escolas da zona rural. Ou seja, tem-se a hipótese de que a análise do fluxo e o desempenho das escolas de educação do campo serão inferiores

aos das escolas da zona urbana, levando em consideração os fatores extraescolares relacionados às áreas rurais, cuja localização geográfica das escolas rurais, pode gerar uma gama de fatores, tais quais dificuldades de acesso à escola, ocasionado por fatores geográficos de longas distâncias e falta de estradas e transportes adequados, falta de acesso à internet e, em muitos casos, a energia elétrica, que interferem diretamente na qualidade e permanência dos alunos na escola.

Tem-se, portanto, como objetivo geral desse estudo, comparar as variações do Ideb do ensino fundamental anos finais das escolas de zona rural com as escolas de zona urbana, com o intuito de verificar se há grandes variações nos dados analisados. Assim, são objetivos específicos: analisar os dados estatísticos referentes às notas do Ideb das escolas urbanas de Rio Branco, estado do Acre; analisar os dados estatísticos referentes às notas do Ideb das escolas urbanas e rurais de Rio Branco, estado do Acre; comparar os dados de fluxo das escolas urbanas e rurais; comparar o desempenho na Prova Brasil das escolas urbanas e rurais; analisar os dados comparativos, de modo a verificar se há grandes distanciamentos de resultados entre as escolas urbanas e rurais.

É importante ressaltar, ainda, que o contexto sociodemográfico é fundamental para compreensão das características sociais e demográficas da população em que se almeja fazer a análise. Segundo Pontes (2020) “dadas as grandes disparidades sociais e demográficas existentes nas diferentes regiões e estados brasileiros, observa-se consideráveis diferenças geográficas” e que devem ser levadas em consideração ao investigar o nível de demanda pela educação existente em uma determinada sociedade. Desta maneira, é fundamental analisar o impacto das políticas educacionais nas escolas. Assim, por meio do conhecimento e análise dos resultados das avaliações externas, devem-se mobilizar ações educacionais que levem em consideração os diferentes contextos em que estão situados os alunos.

Dessa forma, justifica-se este estudo pela necessidade de identificação das variações dos índices entre escolas urbanas e rurais, uma vez que identificado tais fatores, pode-se garantir políticas públicas mais direcionadas a esses públicos diferenciados, nos casos em que se façam necessários. Uma vez que o estado brasileiro deve garantir a equidade social, assegurando as oportunidades iguais e as melhores possíveis a todas as pessoas, desde a idade mais tenra. E no âmbito educacional, proporcionar oferta de ensino que evite déficits de aprendizagem. Assim, caso haja possíveis discrepâncias de qualidade educacional em sujeitos de áreas urbanas e rurais, pode-se desenvolver políticas públicas adequadas com a ciência da problemática. Além disso, o envolvimento na temática deve-se ao meu histórico profissional,

de professora de escola pública urbana, que posteriormente emergiu no contexto de escolas rurais. Ao começar a ministrar aulas nestes estabelecimentos de ensino, além da função de professora em escola rural, também houve a oportunidade de exercer a função de coordenadora pedagógica, o que me desafiava diariamente, uma vez os planejamentos deveriam ser voltados para o desenvolvimento curricular que correspondesse às necessidades do público atendido. Atualmente, estou na chefia da Divisão de Ensino do Campo, do Departamento de Educação do Campo, da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre, sendo constantemente desafiada a pensar em políticas públicas e ações pedagógicas a serem desenvolvidas em todas as escolas rurais do Acre. Dessa forma, este estudo torna-se essencial para compreensão do contexto profissional em que estou inserida.

No que concerne à estrutura textual deste artigo, além da introdução e da metodologia, o texto está organizado em outras quatro seções. A primeira seção apresenta a Metodologia. A segunda seção apresentará a análise comparativa do Ideb das escolas urbanas e de educação do campo, expondo gráficos e tabelas para esta análise. A seção seguinte será uma análise dos indicadores do Ideb, rendimento e fluxo, das escolas urbanas e de educação do campo. O artigo encerra-se com a última seção com a apresentação das conclusões.

2 METODOLOGIA

Primeiramente foi realizada revisão bibliográfica para, posteriormente, realizar levantamento de dados quantitativos, de domínio público, na plataforma do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, uma vez que os dados utilizados foram dados secundários, ou seja, dados coletados por uma instituição.

Devido ao tamanho da base e aos objetivos da pesquisa, o recorte de dados se dará em escolas de Rio Branco, estado do Acre, que são avaliadas pela Prova Brasil, etapa do ensino fundamental anos finais, e, portanto, apresentam índices do Ideb. Assim, o intuito da coleta é focado na etapa do ensino fundamental anos finais, das escolas que participaram da última década de avaliações em larga escala do SAEB (2009, 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019). Tem-se, deste modo, 58 (cinquenta e oito) escolas que apresentam resultados da participação, em pelo menos um dos anos do período de recorte. Dentre as escolas temos um total de 42 (quarenta e duas) escolas urbanas e 16 (dezesesseis) escolas rurais. Logo, para uso neste artigo, serão coletados os índices do Ideb e os indicadores de rendimento (fluxo) e de nota média padronizada (desempenho).

Após a coleta individual de cada escola será feita a média, por ano, das escolas urbanas e das escolas rurais. A média será a divisão da soma de todos os casos (escolas que possuam índices) válidos pelo número de casos. Tem-se, portanto, os dados de análise das escolas urbanas e rurais. Posteriormente, serão transformados em gráficos e tabelas para uso nas análises, consolidando-se por meio de uma análise de viés da metodologia qualitativa de análise de dados.

Vale ressaltar que a quantidade de coleta de dados, especialmente das escolas de escolas rurais, não se tornam a totalidade das unidades de ensino, uma vez que o contexto é caracterizado pelo difícil acesso a grande parte dessas escolas. Além disso, a aplicação da Prova Brasil não chega a grande maioria, pelas dificuldades de acesso. Além disso, é importante expor que as escolas localizadas na zona rural são classificadas em escolas de fácil acesso, cujo funcionamento é um espelho do funcionamento das escolas urbanas, e são avaliadas pelo Saeb; e escolas de médio e difícil acesso, que funcionam em oferta de classes multisseriadas, por meio de programa de ensino, no entanto, devido ao acesso, não são avaliadas pelo Saeb.

Por fim, voltando a metodologia da pesquisa, será realizada análise qualitativa, visando identificar e comparar os índices do Ideb e os indicadores de fluxo e desempenho de escolas da zona urbana e rural, no período de 2009 a 2019, buscando encontrar diferenças, similaridades e possíveis relações entre elas. Para tornar as análises mais claras, utilizaremos de variação absoluta, que consiste na diferença que separa um valor do outro, obtida por meio de subtração. Caso a variação seja positiva (+) significa um crescimento de índice ou indicador, caso seja negativa (-) denota declínio nos resultados.

3 ANÁLISE COMPARATIVA DO IDEB DAS ESCOLAS URBANAS *VERSUS* ESCOLAS DO CAMPO

A avaliação da educação é uma importante ferramenta para atingir o objetivo da qualidade de ensino almejado pela nação brasileira. A garantia de padrão de qualidade é trazida na Constituição Federal, no artigo 206, inciso VII, sendo um dos princípios norteadores do dispositivo jurídico. Visando, portanto, monitorar a eficácia das políticas públicas adotadas e os avanços e retrocessos no cenário educacional, criou-se, em 2007, pelo Inep-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEb, tendo como objetivo de medir a qualidade do aprendizado nacional e

estabelecer metas para a melhoria do ensino. É importante esclarecer que o Ideb vai de zero a dez, valor este obtido pelo produto entre indicador de rendimento escolar, que se refere ao fluxo escolar de aprovação, e a média de desempenho nas avaliações, referente ao rendimento dos estudantes nos testes. Segundo Alexandre (2015, p.9)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA é de grande valia, uma vez que, particularmente no Brasil, conseguimos resolver a questão do acesso à escola, mas ainda não equacionamos o problema da permanência, pois os índices de evasão e repetência permanecem altos. Dessa maneira, se constitui como um condutor das políticas públicas, tendo o Plano de Desenvolvimento da Educação estabelecido como meta para 2022 que o Ideb do Brasil seja 6,0 – média comparável a dos países desenvolvidos. Meta ousada para um país que ostentava média nacional 3,8 em 2005. O PNE estabelece, para 2021, IDEA 6,0, para os anos iniciais do ensino fundamental, 5,5 para os anos finais desse nível de ensino e 5,2 para o ensino médio.

Destarte, compreende-se que esse índice, que reúne aprendizagem e fluxo, é um importante instrumento em busca de qualidade da educação, sendo um meio de acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação, uma vez que o índice reúne a questão da aprendizagem ao avaliar o desempenho na Prova Brasil e a progressão dos alunos ao avaliar os indicadores de aprovação, ou seja, garantir que o aluno acesse o ano/série seguinte, mas garantindo a qualidade na aprendizagem tornam-se o foco dessa avaliação educacional. É importante ressaltar, também, que o Ideb não é apenas um índice estatístico, mas uma ferramenta que conduz a adoção de políticas públicas e ações pedagógicas no âmbito escolar, com foco sempre na melhoria da educação.

De acordo com o Censo escolar de 2020, a rede estadual de educação do Acre é composta por 622 escolas, sendo que 27% (vinte e sete por cento) estão localizadas em área urbana e 73% (setenta e três por cento) em área rural. As matrículas das escolas estaduais – reunindo todas as etapas e modalidades de ensino – somaram um total de 149.833 (cento e quarenta e nove mil oitocentos e trinta e três). São 88.111 (oitenta e oito mil cento e onze matrículas) em área urbana e 44.301 (quarenta e quatro mil, trezentos e uma) em área rural. Assim, com o recorte de dados, analisaremos a média de resultados de 42 (quarenta e duas) escolas urbanas e 16 (dezesesseis) rurais, situadas na capital do Acre, Rio Branco.

É importante esclarecer que neste estudo, a partir de agora, a classificação utilizada para as análises será de escolas urbanas e escolas do campo. Apesar de o fator de localização geográfica ser determinante na classificação dessas unidades de ensino, as legislações e posicionamentos pedagógicos atuais, no que concerne às escolas rurais, defendem uma

nomenclatura de escola do campo, nomenclatura esta, adotada no estado do Acre, fonte dos dados analisados.

A diferenciação entre educação rural e educação do campo torna-se primordial, uma vez que, segundo Pires (2012) a educação rural foi criada pelo Estado sob uma ótica assistencialista, em que a proposta era centrada na oferta de ensino técnico-profissional, definida pelas necessidades do mercado de trabalho, pensada a partir de um modelo e organização urbana, retratando o público atendido no campo de forma estereotipada e inferiorizada. Somente a partir da década de 1990, com os movimentos sociais e organismos nacionais e internacionais clamando por uma nova perspectiva para a educação brasileira buscou-se uma educação do campo criada pelos e com os sujeitos do campo, levando-se em consideração as especificidades do contexto do campo e de seus sujeitos.

Deparando-se com as atuais legislações educacionais, as escolas rurais estão definidas como escolas do campo, tal qual aparece na Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 do Conselho Nacional de Educação que define em seu Art. 1º

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

A conceituação de Escolas do Campo reflete a necessidade de um currículo que considere os aspectos ligados ao meio no qual o sujeito está inserido. Segundo Shelling (1991) faz-se necessário uma concepção de Educação embasada nos interesses do público atendido, os povos do campo, priorizando a valorização da identidade, da produção cultural e modo de vida. Tal concepção é explicitamente estabelecida no Art. 2º da Resolução nº 168, de 2013, do Conselho Estadual de Educação do Acre.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no Estado.

Assim sendo, uma escola do campo deve prevalecer um projeto que busque garantir o acesso à educação pública de qualidade, garantindo o fortalecimento das lutas camponesas, do conhecimento humano, do saber científico, teórico e prático, fortalecendo as possibilidades de formação para criticidade e utilização de saberes. (MOLINA, 2003).

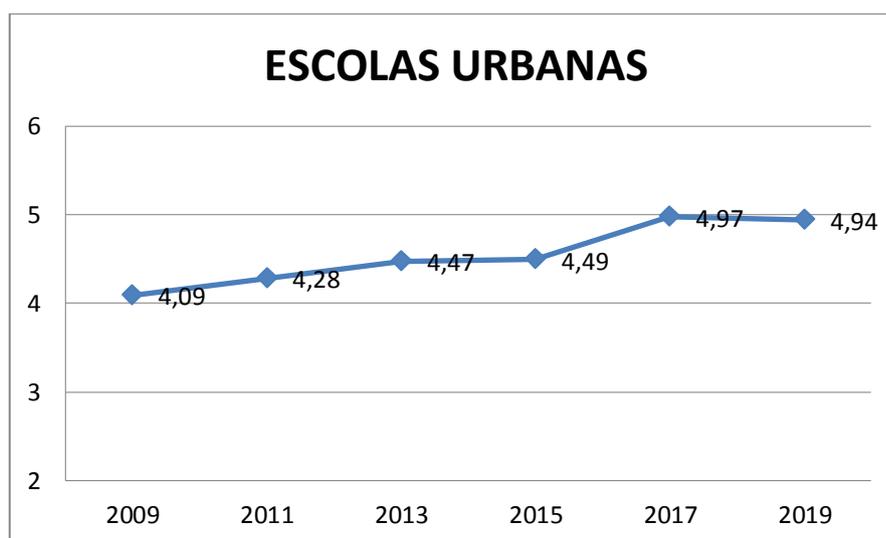
Portanto, não se pode negar a importância da nomenclatura de escola do campo, que é expressa, inclusive, em lei. Desse modo, neste estudo, utilizar-se-á as nomenclaturas de escolas urbanas, relacionada às escolas localizadas no perímetro urbano e registradas no censo como urbanas, e a nomenclatura de escola do campo, para as escolas localizadas no perímetro rural e registradas no censo escolar como escolas rurais.

A adoção de tais nomenclaturas são fundamentais para compreendermos as novas demandas educacionais para as escolas localizadas na zona rural do país, em que a educação passa a ser vista como estratégia de resistência, na construção de uma sociedade sem desigualdades, com justiça social. (MOLINA, 2006).

Assim, partindo de um agrupamento de escolas urbanas e escolas do campo, visando alcançar os objetivos propostos neste artigo, vejamos os dados referentes ao Ideb.

No Gráfico 01 observa-se a média do Ideb, etapa ensino fundamental anos finais, das escolas situadas na zona urbana da capital do Acre, Rio Branco. As unidades de ensino foram avaliadas no período de 2009 a 2019.

Gráfico 01 – Ideb – Escolas Urbanas



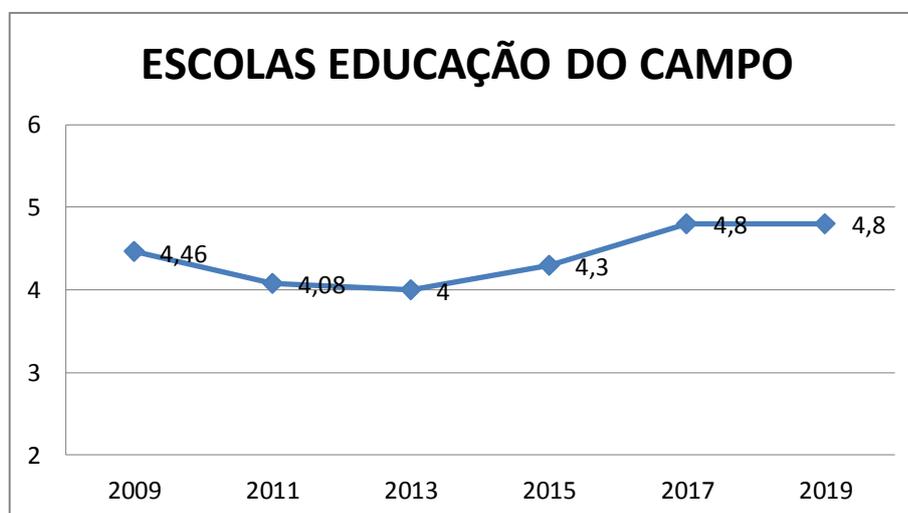
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep.

Ao observarmos o gráfico 01 é perceptível, em grande parte, um crescimento gradual, constante e progressivo, entretanto, o desenvolvimento tem sido pequeno, ocorrendo uma

pequena queda de -0,03 entre 2017 e 2019. Mas, ao se levar em consideração um período de 10 (dez) anos, houve um crescimento na nota do Ideb de +0,85. Contudo, se levarmos em consideração que o intervalo de nota se dá entre 0-10, torna-se um crescimento ínfimo para um período de uma década. Observa-se, por outro lado, que o período de maior crescimento ocorreu entre 2015 e 2017, chegando a + 0,48.

Igualmente, o Gráfico 02 demonstra a média do Ideb das escolas situadas na zona rural da capital do Acre, Rio Branco, denominadas escolas do campo. As unidades de ensino foram avaliadas no período de 2009 a 2019.

Gráfico 02 – Ideb – Escolas do Campo.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep.

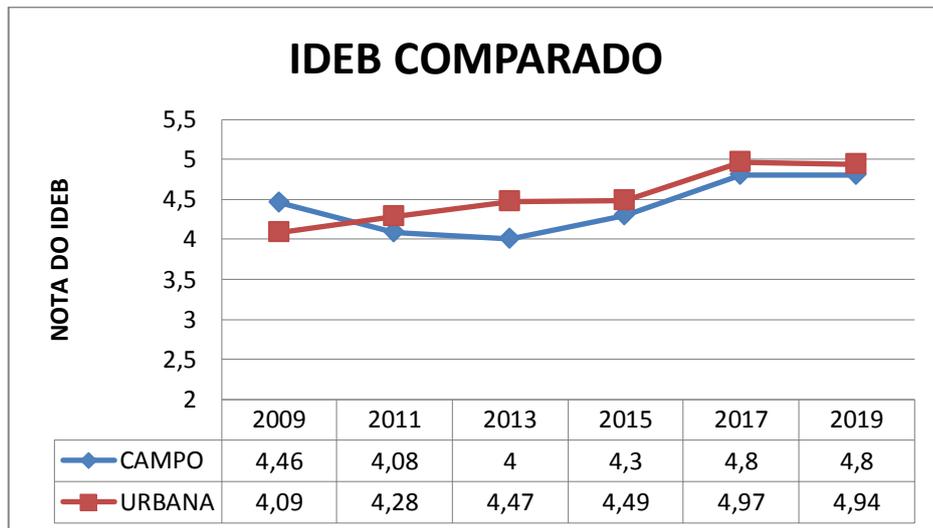
A análise do gráfico acima permite observar queda nos índices no período de 2009 a 2013, um declínio de -0,46, por outro lado há crescimento no período de 2015 a 2017, apresentando elevação de +0,5, e estabilidade no período de 2017 a 2019. Ao considerarmos o período de 10 (dez) anos, houve um crescimento na nota do Ideb de apenas 0,34, E assim, como nas escolas urbanas, se levarmos em consideração que o intervalo de nota se dá entre 0 e 10, torna-se um crescimento ínfimo para um período de uma década, no entanto, é perceptível que o comportamento dos índices nas escolas do campo demonstra grandes variações durante o período observado, diferente da constância de crescimento observado nas escolas urbanas.

Para melhor compreender tais variações, tanto das escolas urbanas, quanto das escolas do campo, é importante ressaltar que o Ideb possui diversos pontos positivos, dentre eles: a articulação entre fluxo e desempenho; ferramenta de diagnóstico e de monitoramento;

instrumento para estabelecimento de metas nacionais, estaduais, municipais e individualizadas para cada unidade de ensino; além de ser uma referência para criação de políticas públicas. Entretanto, tal indicador possui limitações como único dispositivo para a compreensão da qualidade da Educação Básica, uma vez que, apenas rendimento e fluxo não são suficientes para apreender a complexidade da escola, sendo necessária a análise de outras dimensões. No entanto, não nos aprofundaremos nesta questão, uma vez que o objetivo posto para este artigo é de comparação de índices do Ideb.

Retornando ao objetivo principal, de maneira geral, ao se levar em consideração os dados das escolas urbanas e das escolas do campo, observa-se uma aproximação de índices, atualmente, perceptível ao observar o percurso de ambas no comparativo abaixo:

Gráfico 03 – Ideb comparado



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep.

Depreende-se, do gráfico acima, que há uma pequena variação entre os resultados das escolas urbanas em comparativo às escolas do campo. No ano de 2009, é o único ponto em que se tem a educação do campo com índices acima das escolas urbanas, uma vez que nos anos posteriores os índices das escolas urbanas se sobrepõem aos das escolas situadas na zona rural, tendo uma diferença mais acentuada no ano de 2013, apresentando a variação absoluta de -0,47.

Outro ponto de análise importante a ser considerado são as metas estabelecidas a serem alcançadas pelo Ideb. Como meta geral, o Brasil tem como perspectiva alcançar a meta 6,0 no ano de 2022. As metas estabelecidas são bienais, havendo não apenas a meta nacional, mas também metas diferenciadas para todos, ou seja, há metas específicas para cada unidade

federativa, rede e escolas que devem ser atingidas. Para nossa análise, utilizaremos as metas estabelecidas nacionalmente para a etapa do ensino fundamental anos finais.

A tabela abaixo apresenta os resultados aferidos pelas escolas e as projeções das metas.

Tabela 01 – Ideb – Resultados e Metas

IDEB – RESULTADOS E METAS												
ESCOLA	RESULTADO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – RIO BRANCO - ACRE						PROJEÇÃO DE METAS PARA O BRASIL – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS					
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2009	2011	2013	2015	2017	2019
URBANA	4,09	4,28	4,47	4,49	4,97	4,94	3,7	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2
CAMPO	4,46	4,08	4,0	4,3	4,8	4,8						

Fonte: Inep

As metas são de fundamental importância para aferir se a educação básica está melhorando e avançando. Fazendo o comparativo entre os resultados e metas, a ideia é que àqueles que já possuam bons índices, continuem avançando, e àqueles que apresentam maiores dificuldades, haja um esforço mais concentrado, tanto dos órgãos governamentais quanto das escolas, para que ocorram as melhorias necessárias para alcance das metas. Ao analisar as metas estabelecidas e os resultados das escolas analisadas neste artigo, emerge o cenário explicitado na tabela 02.

Tabela 02 - Variação (IDEBXMETA)

ESCOLA	VARIÇÃO (IDEBXMETA)					
	2009	2011	2013	2015	2017	2019
URBANA	+0,39	+0,38	+0,07	-0,21	-0,03	-0,26
CAMPO	+0,76	+0,18	-0,4	-0,4	-0,2	-0,4

Fonte: Inep

A variação absoluta acima expõe, mais uma vez, a fragilidade de índices que demonstram uma queda no avanço, uma vez que apesar dos índices estarem em processo de crescimento ou até se manterem estáveis em algum momento, há uma tendência de distanciamento das metas, que iniciou nas escolas do campo e é maior nestes estabelecimentos, no entanto, o processo ocorre também nas escolas urbanas. Ou seja, há uma urgência de intervenções para evitar maiores distanciamentos nesta etapa de ensino entre os resultados e as metas.

Para melhor compreendermos as diferenças acima mencionadas, verificaremos a análise comparativa dos indicadores de rendimento escolar e da média padronizada de desempenho.

4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES DE RENDIMENTO ESCOLAR E MÉDIA PADRONIZADA DE DESEMPENHO

O Ideb reúne em um único índice dois indicadores importantes: indicador de rendimento escolar (fluxo escolar), medido por meio do Censo escolar, e a média de desempenho nas avaliações, aferido por meio da Prova Brasil. É de suma importância, por conseguinte, que esses dados sejam analisados, de modo a compreender a configuração da nota Ideb. Neste artigo, vamos analisar o indicador de desempenho e posteriormente o rendimento escolar, de modo a compreender o comportamento de tais elementos.

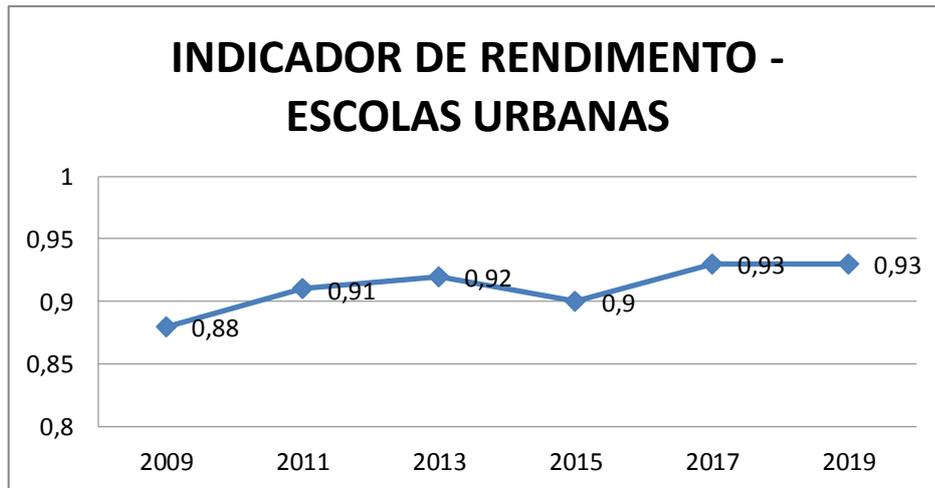
É importante destacar o papel da eficiência e rendimento escolar no avanço educacional do país. Segundo Pontes (2020, p. 2)

A eficiência e o rendimento escolar relacionam-se à capacidade dos sistemas educacionais de fazerem com que os estudantes, estando matriculados nas escolas, vençam as sucessivas etapas da escolarização no momento certo, tanto em termos da idade adequada para frequentarem-nas quanto do tempo necessário para fazer isso. Algumas dessas taxas dizem respeito mais diretamente ao fluxo de alunos ao longo da progressão escolar. Nesse sentido, três taxas que usualmente se calculam, e que se conservam uma estreita associação entre si, são de aprovação, a de reprovação e a de afastamento.

No que se refere ao indicador de desempenho do Ideb, o cálculo é feito a partir das taxas de aprovação, obtidos no censo escolar. O indicador varia de 0 a 1. É um indicador importante, uma vez que reflete os índices de aprovação e reprovação das instituições de ensino. O monitoramento da progressão dos alunos deve ser constante, evitando, especialmente, as distorções idade-série.

Relativamente à zona urbana, veja abaixo o gráfico referente ao indicador de rendimento das escolas.

Gráfico 04 – Indicador de Rendimento – Escolas Urbanas

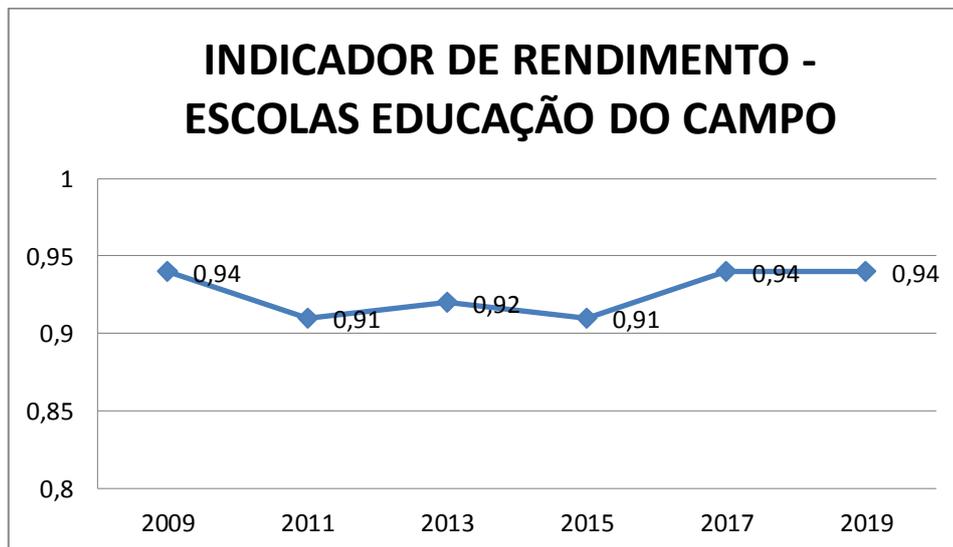


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep.

Ao observar o gráfico acima, percebe-se que há uma tendência de crescimento no indicador de rendimento das escolas urbanas, apresentando, no período de dez anos, um crescimento de +0,05, mesmo com uma pequena queda no ano de 2015, concernente a -0,02, que posteriormente foi recuperada.

No tocante às escolas do Campo, o Gráfico 05 apresenta os indicadores de rendimento.

Gráfico 05 – Indicador de Rendimento – Escolas do Campo



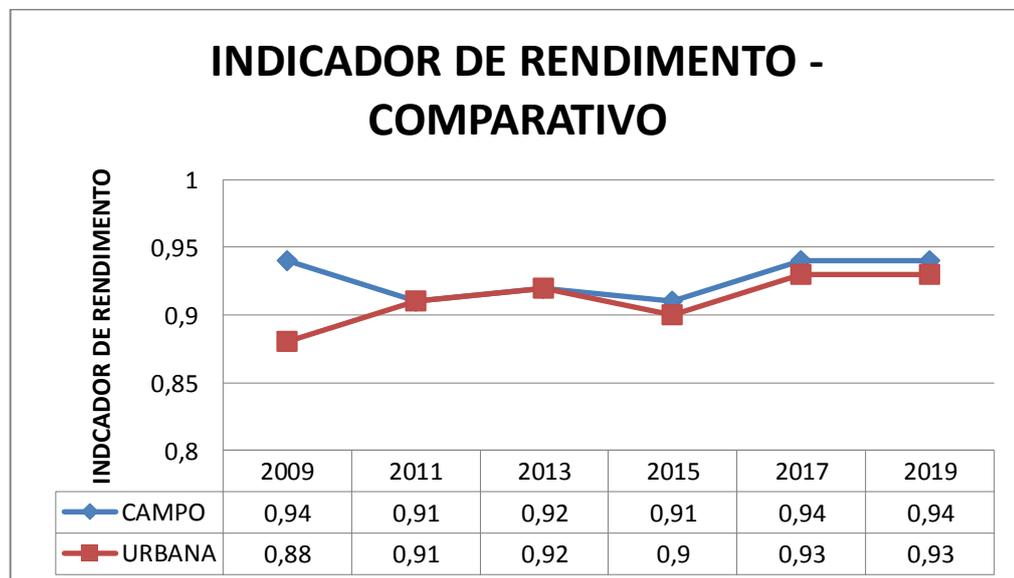
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep.

É perceptível, no gráfico das escolas situadas na zona rural, uma oscilação nos índices, uma vez que há momentos em que os índices sobem e há momentos que os índices descem. No período de 2009 a 2011 houve uma queda de -0,03; no período de 2011 a 2013 apresenta

um pequeno crescimento de +0,01; entre 2013 e 2015 há novamente uma queda, referente à -0,01; já no intervalo de 2015 a 2017 há um crescimento perceptível de +0,03; mantendo-se a estabilidade de um indicador de 0,94 no período de 2017 a 2019. Ao se considerar o período de 10 anos, observa-se que há estabilidade no processo, uma vez que ao comparar 2009 a 2019, os índices permanecem os mesmos – 0,94.

No tocante ao comparativo dos índices das escolas urbanas e das escolas do campo, representados pelo Gráfico 06, percebe-se que as escolas localizadas na zona rural estão, atualmente, acima dos índices das escolas urbanas. Contudo, ao analisar a trajetória decenal, é visível as diferenças apresentadas entre as escolas urbanas e escolas do campo no ano de 2011, chegando a variação das escolas do campo acima das escolas urbanas em 0,06. Tal variação tornou-se inexistente nos anos de 2011 e 2013. Já nos anos de 2015, 2017 e 2019 as escolas do campo apresentaram indicadores superiores às escolas urbanas, entretanto, é importante ressaltar que as diferenças são mínimas, e pode-se considerar o indicador de desempenho tanto das escolas urbanas quanto das escolas rurais, com patamar de excelência, uma vez que estão próximas ao valor máximo da escala.

Gráfico 06 – Indicador de Rendimento – Comparativo



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep.

Outro indicador importante é a média padronizada, cuja Prova Brasil torna-se um instrumento essencial, uma vez que desde 2007 passou a integrar o cálculo do Ideb. Segundo Bonamino (2012, p. 378-379)

A Prova Brasil, que ocorre a cada dois anos, foi idealizada para produzir informações a respeito do ensino oferecido por municípios e escolas, com o

objetivo de auxiliar os governantes nas decisões sobre direcionamentos de recursos técnicos e financeiros e no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando a melhoria da qualidade de ensino.

A prova é constituída de itens de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. Tal instrumento de avaliação tornou-se uma referência aferição da qualidade do ensino ofertado, uma vez que as habilidades avaliadas na prova são as habilidades mínimas que os alunos devem ter no ano/série avaliado. As médias de desempenho nessas avaliações é que são denominadas de média padronizada, que é utilizada no cálculo do Ideb. Ou seja, muitas instituições de ensino avaliam como está a qualidade da aprendizagem em sua escola por meio dos resultados da Prova Brasil e realizam intervenções pedagógicas que se fizerem necessárias.

Quanto aos índices de média padronizada, no tocante as escolas urbanas, o Gráfico 07 apresenta os dados.

Gráfico 07 – Média padronizada – Escolas Urbanas

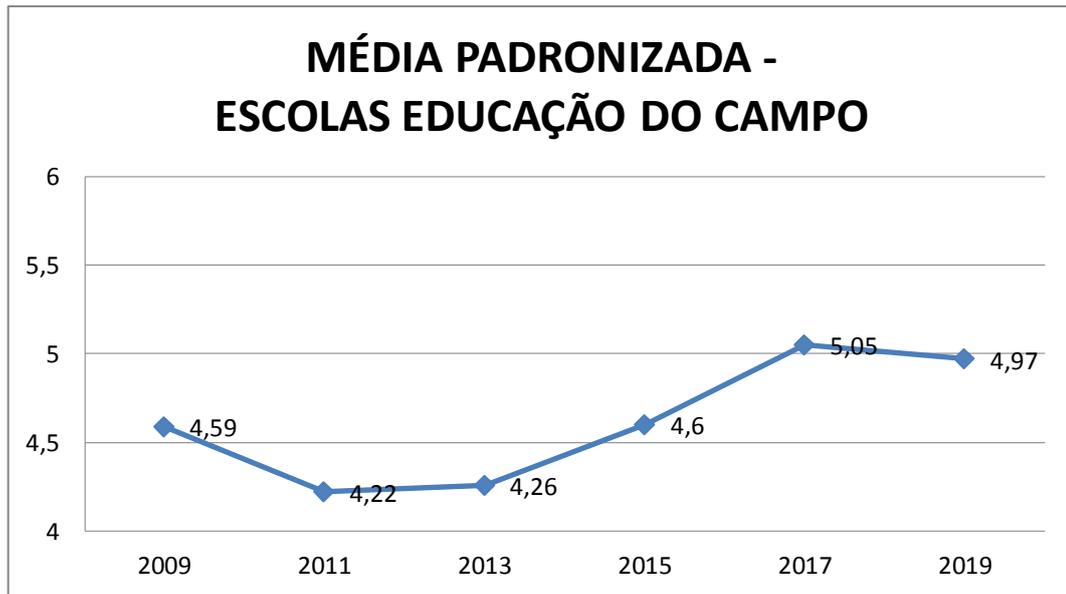


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep.

A análise do gráfico acima permite identificar um constante processo de crescimento no período de 2009 a 2017, sendo que no período de 2017 a 2019 manteve-se praticamente estável. Apresenta, ainda, um crescimento alto no período de 2015 a 2017.

No que concerne às escolas do campo, o Gráfico 08 dispõe dos dados da média padronizada.

Gráfico 08 – Média padronizada – Escolas do Campo.

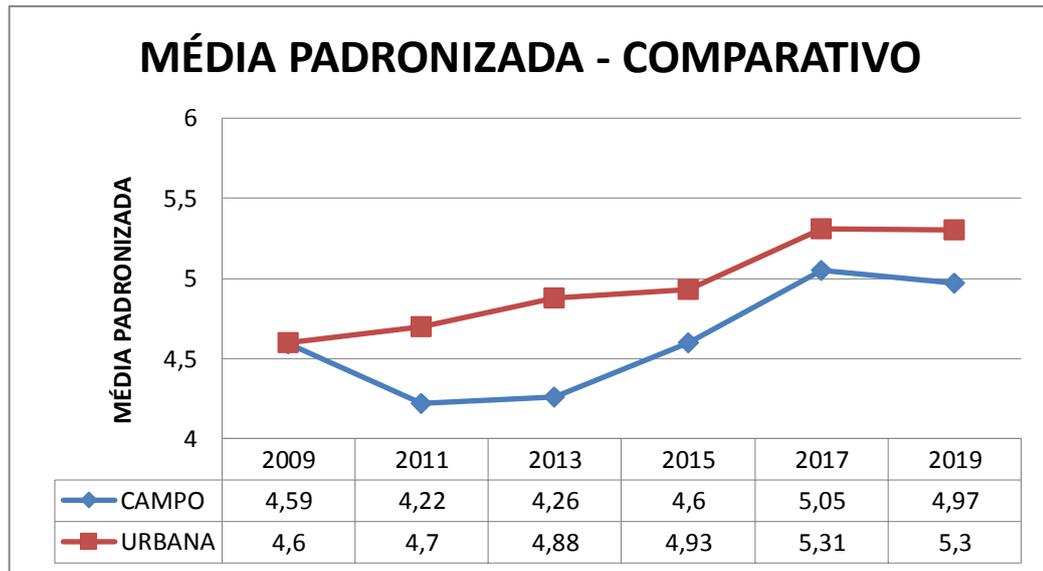


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep.

Nas escolas representadas acima, percebe-se um comportamento diferenciado das escolas de zona urbana, uma vez que no período de 2009 a 2011 temos uma variação negativa de -0,37. No período de 2011 a 2017 os índices avançaram com crescimento constante, destacando-se o período de 2015 a 2017, que assim como nas urbanas, também é o período que apresentou maior crescimento. E diferente da estabilidade apresentada nas escolas urbanas, no período de 2017 a 2019, nas escolas do campo temos uma pequena queda, apresentando-se o índice negativo de -0,08.

Relativamente ao comparativo da média padronizada das escolas urbanas e das escolas do campo, o Gráfico 09 apresenta os dados.

Gráfico 09 – Média padronizada – Comparativo



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep.

Diferente do que ocorreu no indicador de rendimento, em que os índices das escolas localizadas na zona rural estavam igual ou acima dos índices das escolas urbanas, é perceptível que o mesmo não ocorre no que se refere a média padronizada, uma vez que durante a década em foco, as escolas do campo apresentam índices abaixo das escolas urbanas. Entretanto, é importante destacar a urgência de intervenções, para ambas as escolas, visando a melhoria do rendimento dos alunos, uma vez que as notas não são um reflexo de ensino de excelência, estando muito abaixo do esperado de uma educação de qualidade. Ou seja, independente de está localizada na zona urbana ou na zona rural, tais indicadores demonstram que a escola não vem cumprindo o papel social de oferta de ensino que proporcione qualificação necessária a uma atuação social efetiva, seja em uma continuidade de estudos em nível superior, seja no mundo do trabalho.

Independente da localização geográfica, é urgente a adoção de políticas públicas e ações pedagógicas para melhoria dos índices, de modo a garantir as transformações necessárias para melhor desempenho dos docentes em sala de aula e gestores nas unidades de ensino, para garantir resultados positivos de aprendizagem dos alunos. Assim, segundo Schwaryzman e Cox (2009, p.9) alguns fatores são primordiais para elaboração de políticas bem sucedidas, dentre eles

começar a educação o mais cedo possível; trabalhar sistematicamente com crianças pequenas para desenvolver suas capacidades precoces de uso do código fonético de seu idioma; selecionar professores em função da capacidade de oferecer uma boa educação a seus estudantes, e estruturar suas

carreiras de acordo com este critério; fortalecer o papel de liderança dos diretores de escolas, estimulando o compromisso com os objetivos pedagógicos; diferenciar os programas educacionais segundo condições de aprendizagem e as motivações dos estudantes, aos requisitos da educação superior; e reduzir a liberdade de escolha das escolas que apresentem resultados ruins, oferecendo a elas currículos bem estruturados e apoio, e controlando seus resultados através de avaliações sistemáticas.

Percebe-se, portanto, que diversas ações, de diferentes competências devem ser implementadas e aprimoradas, de modo a garantir maior igualdade entre a educação de escolas urbanas e do campo, que reflitam posteriormente nos resultados das avaliações externas em larga escala. As várias instâncias responsáveis pelo desenvolvimento da educação no país devem tomar as medidas necessárias referentes as suas competências. Assim, políticas educacionais de caráter nacional, estadual, municipal e local devem ser pensadas de maneira articulada e levar em consideração todos os fatores que possam intervir nas ações propostas. Além disso, também, deve-se considerar o papel primordial do professor neste processo, este sujeito deve apropriar-se do processo das avaliações externas, compreendendo-o.

A avaliação externa, se não for bem-compreendida pelos professores, gera uma certa ansiedade entre eles, em decorrência, possivelmente, do atual caráter punitivo de que, muitas vezes, reveste-se a avaliação em nosso contexto. (VIANNA, 1989, p. 46).

O professor é o mediador da aprendizagem na sala de aula, sendo, portanto, a atuação deste profissional essencial no sucesso ou no fracasso escolar, deste modo, a atuação deste pressupõe, de acordo com Pessin (2020)

Clareza sobre os objetivos pessoais e institucionais, relacionados à atuação; comportamento antecipatório, através do planejamento das ações; motivação para impulsionar e sustentar o comportamento em direção aos objetivos definidos; monitorização dos próprios processos cognitivos, que envolve a reflexão sobre os seus conhecimentos e competências, sobre os objetivos e exigências da tarefa; atuação autônoma e ativa na construção de estratégias para produzir mudanças no contexto de atuação, envolvendo esforços para o alcance da meta desejada; autoavaliação contínua, que impulse a reflexão sobre a própria ação e sobre as diversas variáveis que influenciam os processos de ensino e aprendizagem.

Tem-se, portanto, a importância de investimento na apropriação de dados pelos docentes, de modo a garantir um trabalho direcionado por dados estatísticos. O professor tem um papel fundamental em qualquer mudança que se proponha no âmbito educacional, sendo,

portanto, necessário investir em formação em serviço, valorização e motivação deste profissional.

Vale ressaltar que a avaliação deve ter sempre um caráter de levantamento de dados, de modo sistemático, a fim de possibilitar a tomada de decisões e não ser utilizada como instrumento repressor, especialmente no que concerne aos docentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou um panorama do Ideb das escolas de Rio Branco, estado do Acre, agrupando-as em duas categorias: escolas urbanas e escolas de educação do campo. Além do Ideb, também foram analisados indicadores de fluxo (rendimento) e desempenho (média padronizada), permitindo análise comparativa dos dados coletados.

Uma das conclusões importantes deste estudo é que o percurso de construção de índices do Ideb das escolas urbanas e do campo diferencia-se em suas trajetórias, uma vez que, enquanto a urbana mantém um crescimento constante, as escolas de educação do campo passam por variações nos resultados apresentados durante a década em tela. Neste sentido, faz-se necessário um estudo aprofundado das causas de tais variações para que as intervenções necessárias e adequadas sejam tomadas.

Outra contribuição importante deste estudo relaciona-se ao fato de que as escolas do campo apresentam indicadores de desempenho visivelmente abaixo dos indicadores das escolas urbanas, o que denuncia a falta de equidade na oferta de educação para os alunos situados na zona rural.

Além disso, o fato da queda em relação ao alcance das metas é um fator preocupante em ambas as categorias de análise, uma vez que, apesar dos crescimentos apresentados, a cada ciclo de avaliação, há distanciamento das metas estabelecidas.

Os resultados apresentados mostram uma notável diferença entre os dados das categorias das escolas analisadas, sendo visível que as escolas de educação do campo oferecem índices inferiores aos das escolas urbanas, alguns fatores podem ser determinantes, tais quais: o difícil acesso dos alunos às escolas, tornando a constância da presença do aluno inviável, podendo ser grande a quantidade de faltas; a falta de acesso à internet e outros meios tecnológicos que auxiliam no aprimoramento da aprendizagem; calendário escolar mais reduzido, devido as questões geográficas e climáticas, que pode tornar os processos de aprendizagem mais intensos, com menos tempo para as reflexões necessárias; a dificuldade de

acompanhamento e monitoramento, por parte da secretaria de educação, das ações desenvolvidas pela escola; dentre outros fatores que podem surgir, e que necessitam de uma investigação mais aprofundada e minuciosa dos fatores geradores de baixos índices.

Portanto, a partir dos resultados deste estudo, os diagnósticos resultantes dos dados aferidos são de fundamental importância para visualizar as fragilidades do sistema educacional, como também, auxiliar na elaboração e consolidação de políticas públicas, ações e estratégias pedagógicas escolares para enfrentamento às desigualdades de oferta educacional, além de melhoria na qualidade de ensino.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, M. M. de O. N. **Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Câmara dos Deputados, Brasília. 2015. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/23019>. Acesso em: jan. 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: Interfaces com o currículo da/na escola. Em: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 73-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/ep/v38n2/aopep633.pdf>. Acesso em: jan. 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 2**, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**, 2020. Brasília: MEC, 2020.
- MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- PESSIN, Gisele. **O Ideb e a atuação docente na perspectiva da autorregulação**. Educação em Revista. Belo Horizonte, 2020.
- PIRES, Angela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012.
- PONTES, L. A. F. **Indicadores educacionais no Brasil e no mundo: as diversas faces da educação**. Disponível em: < <http://central.caedufjf.net/arquivos/indicadores-educacao.pdf> >. Acesso em: jan. 2020.
- _____. **Investimentos e resultados educacionais: os indicadores de eficiência e rendimento escolar, desempenho escolar e financiamento e gasto com a educação**. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2020.
- SCHWARYZMAN, S.; COX, C. Coesão social e políticas educacionais na América Latina. Em: SHWARTZMAN, S.; COX, C. **Políticas educacionais e coesão Social: uma agenda latino-americana**. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: iFHC, 2009, P. 1-27. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/edcoesao_port.pdf. Acesso em: jan.2020.
- SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- VIANNA, H. M. A prática da avaliação educacional: algumas colocações metodológicas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 69, 1989, p. 40-47. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6208663>>. Acesso em: janeiro de 2020.